

## **PATRIMÔNIO: OLHAR SOBRE O PATRIMÔNIO E O PATRIMÔNIO POSSÍVEL!**

Marcos Canetta<sup>1</sup>

### **Resumo**

O presente texto apresenta reflexões sobre o patrimônio histórico, sobre os povos de culturas negadas e sobre as consequências sócio-político-culturais na vida cotidiana de grupos humanos que tiveram o seu passado modificado pela imersão na escravidão, que dilapidou seus direitos e os colocou no ostracismo da historiografia e nos porões da subserviência física e patrimonial no Brasil. Buscamos discutir o significado de patrimônio e remeter o leitor a diversas reflexões que destoam das análises mais conservadoras. Por conseguinte, deixamos clara a linha filosófica e ideológica que percorremos, na tentativa de desatar os nós que colocam todos os povos sobre a égide do mesmo “fenômeno patrimonial”, em particular em solo nacional, sem discutir a exaltação e a negação do mesmo e de que forma esse patrimônio age no imaginário coletivo das pessoas e das próprias comunidades. Por fim, este trabalho objetiva, de forma simplória e paulatina, retirar dos porões da negação a história de povos e grupos étnicos, em particular os negros, que auxiliaram na construção do país e foram empurrados, pelo progresso e pelo olhar depreciativo do outro, para fora dele. Concomitantemente e de forma ideológica, esses povos foram invisibilizados pela modernidade, no que se refere ao processo de edificação do Estado Brasileiro ao longo dos séculos.

**Palavras-chave:** negação, patrimônio, história, cultura, direitos, negros, invisibilidade.

O patrimônio público inscreve-se no seio social como um “objeto” de delimitações de poder e de construções de identidades. Ele, por si só, se autorretrata e retém em sua essência, além de suas formas arquitetônicas e geométricas, simbologias e representações de tempo e de época, de povos e de etnias, de sagrado e de profano, de rupturas e de continuidades.

O patrimônio não se estabelece sem uma ideologia, sem uma lógica formal que o edifique, como também não remonta um quadro real de determinado período histórico, pois muitos de seus agentes-construtores se perderam no emaranhado do que foi dito, escrito, publicado e negado em seu tempo de origem.

Os escravos na Grécia, Egito, Brasil e Europa não são retratados nessas construções, como também suas histórias e origens não possuem conexão com o que foi

---

<sup>1</sup> Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro- UTAD, Portugal. E-mail: marcoscaneta@bol.com.br.

edificado. Há uma blindagem histórico-ideológica que abstrai desses povos tais direitos materiais e imateriais.

Seguindo esse raciocínio, Hochschild, em *Enterrem as correntes*, aponta que:

esse mundo de servidão parecia a todos o mais normal dos mundos, porque qualquer pessoa que fizesse uma retrospectiva não veria senão outros sistemas escravistas. Os antigos gregos tinham escravos, os romanos, só na Itália, tinham aproximadamente dois ou três milhões deles; os incas e astecas também os tinham; os textos sagrados da maior parte das religiões aceitavam a escravidão como algo normal. Ela existiu antes do dinheiro e da lei escrita. (HOSHSCILD, 2007, p. 13)

É sobre esta égide que o patrimônio esconde dentro de si mesmo uma enorme relação de forças que se digladiavam e, ao mesmo tempo, se fundiam por questões de manutenção do *status quo*, lutas de espaços político-geográficos ou por sobrevivência. Sendo assim, o patrimônio é erguido sob as forças da contradição, da negação, da exaltação, da imposição e do devaneio humano.

Seus pilares se fortificaram na imposição de arquiteturas que, muitas vezes, destoaram e desconstruíram a paisagem local ou impuseram crenças religiosas, regras comportamentais e modos de vida a outrem. Por mais que tenham construído outra paisagem, outro patrimônio; este, em sua maioria, foi forçado na paisagem local e rompeu com os laços afetivos que a população tinha com o anterior.

O patrimônio tornou-se, para alguns, lembranças de um passado; para outros, ainda é o fio indivisível que os separa do seu eu, enquanto ser, e de sua construção histórica, enquanto pertencente a um grupo social. Isso se relaciona ao fato de que, desde o nascimento, todo indivíduo começa a receber a herança cultural que assegura a sua formação, a sua orientação e o seu desenvolvimento de ser social (MORIN, 1973, p. 72).

Os negros vivem este paradoxo no Brasil porque não se veem e não se reconhecem nesses espaços que parecem ter sido sempre feito pelo e para o outro. Nesse sentido, por uma questão simples de entendimento, o negam.

Por mais contraditório que seja, neste exato momento, mesmo sem saber ou, às vezes, sabendo, negam a sua própria origem e história. Porque, infelizmente, a história dos negros brasileiros está ligada de forma umbilical à tragédia da escravidão, do desrespeito humano e da desconstrução do seu eu, como também à negação de sua

identidade e patrimônio cultural. Como nos aponta Funari (2001, p. 22), os vestígios indígenas, afro-brasileiros e humildes, em geral, são pouco valorizados.

Em *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*, Mário Theodoro diz que: “contudo, influíram nesse processo o nascimento e consolidação de uma visão eurocêntrica e modernizante, na qual, para o negro, não havia, ou havia pouco espaço de existência” (THEODORO, 2008).

Com isso, esses povos passam a ser seres não seres, primeiro porque vagam em um mundo onde são desprezados; segundo porque desconhecem suas origens e historicidade. Quando a reconhecem, a mesma é cheia de espaços vagos em sua construção, ao tempo que denotam em seu próprio organismo um hiato entre “o que é” com “o que possa ter sido”. A fala de Funari reforça tamanha desvalorização: “A catedral, frequentada pela ‘gente de bem’, deve ser preservada, enquanto a igreja de São Benedito, dos ‘pretos da terra’ não é protegida e é, com frequência, abandonada” (FUNARI, 2006, p. 123).

Incertezas e falsas certezas remontam um cenário obscurecido pela mão do invasor que, além de ter invadido vidas, culturas e corpos, destoou do cerne da naturalidade a história do outro que virou um tipo de ser sem “passado”, sem “memória” e, por incrível que pareça, sem “face” no Brasil. Quando essas “faces” emergem dos porões da negação, estão diretamente relacionados à pobreza, à violência e à falta de estrutura socioeducacional; como pode ser observado em algumas propagandas institucionais, nas quais os morros cariocas e alguns países africanos retratam esta imagem negativa e emblemática sobre os negros.

Literalmente um sem “ninguém”, um sem “história”, um sem “árvore genealógica” que possa lhe apontar um rumo, um lugar, uma relação familiar que ultrapasse os limites do agora. Os que conseguem perceber essas nuances, ao longo do tempo, sentem-se órfãos, do ponto de vista físico-estrutural.

Este vácuo humano se percebe em comunidades negras das cidades modernas, em particular no Brasil. Tal vazio subtrai do negro sua essência espiritual e orgânica; e quando este se olha no espelho, só consegue ver o seu rosto, mas não percebe mais as faces de seus ancestrais porque, em sua maioria, a história que conhece começa e acaba em sua própria família ou nele mesmo: a escravidão também roubou dele seu passado familiar. Com efeito,

[...] Podemos entender o patrimônio histórico como mais do que um testemunho do passado. É um retrato do presente, uma expressão das possibilidades políticas dos diversos segmentos sociais, expressas em grande parte pela herança cultural, dos bens que materializam e documenta sua presença, sua marca no fazer histórico da sociedade. (JAMES, 2010, p. 19).

Conforme Theodoro, em 1890, o governo republicano recém-instituído publica o Decreto nº 528, de 20 de junho, no qual se institui a livre entrada de imigrantes nos portos brasileiros, exceto os indígenas da Ásia ou da África, que só podem ingressar mediante autorização do Congresso Nacional (THEODORO, 2008). Os negros – após os 370 anos de escravidão e subtração do seu eu, enquanto ser; mesmo os que sobreviveram à tragédia da escravidão, que lhes roubou tudo – viram a partir da lei, conforme o Decreto acima, uma forma racista e preconceituosa de impedir a entrada de negros livres no país, na pós-abolição. Infelizmente este era o prenúncio de dias difíceis para os negros e, ainda, teriam que suportar os duros golpes que sofreriam nos anos seguintes.

Observando e refletindo sobre essas questões, fico a me perguntar: como recuperar o patrimônio material e imaterial das culturas negadas e permitir a chance de construir uma identidade de “verdade”? Uma identidade que lhes dê autoestima. Que não seja, em particular para os negros, somente a do Pelourinho, da “Macumba”, da Chibata, da Senzala e do Racismo! Porque, quando se olha um afrodescendente, vê-se única e exclusivamente um homem ou uma mulher de cor negra que descende de escravos; este é o único contexto possível de análise de um negro no Brasil. Como remontar uma história e uma identidade sobre um patrimônio que os próprios negros não conhecem ou querem esquecer? Como remontar um patrimônio que nega a ele e a seus descendentes o processo de humanidade? Como reconstruir uma história no campo da construção científico-social, quando a invisibilidade acadêmica e, por conseguinte, as teorias e os padrões de beleza e inteligência importados, que massificaram a sociedade brasileira, não se coadunam com o seu fenótipo? No imaginário ideológico coletivo, o que não é belo, é feio! Nesse sentido, em quase sua totalidade, a feiura também passa a ser um dos “patrimônios” dos negros? A cultura reúne em si duplo capital: por um lado, um capital técnico e cognitivo – de saberes e de saber fazer – que, em princípio, pode ser transmitido a qualquer sociedade, e, por outro lado, um capital específico, que constitui os traços da sua identidade original e alimenta uma comunidade singular em

referência aos seus antepassados, os seus mortos, as suas tradições (MORIN, 1973, p. 45).

Em *Patrimônio e Turismo*, Cardona (apud DIAS, 2009) enfatiza que o patrimônio e metamorfose de múltiplos patrimônios – o material e o imaterial – conferem aos povos e às nações a sua identidade e as marcas e características distintivas, sendo isso incondicionalmente fonte de vida e de inspiração. Como referência dinâmica, o patrimônio constitui a matriz insuprimível da memória coletiva dos povos.

Este exercício nos leva de encontro ao muro das respostas em construção; das respostas inacabadas e mal respondidas. O tempo, dessa forma, vai aplicando duros golpes na psique dos negros que, muitas vezes, negam sua própria origem por vergonha ou desconhecimento. Negam que objetivam fazer parte de um grupo que os respeite, os receba em seu interior e os reconheça enquanto gente. Um exemplo disso é a negação de sua raiz religiosa de tronco-africano, assumindo as ideologias religiosas do outro que constantemente reforça a relação da Umbanda e do Candomblé com o demônio, com a maldade, com a bruxaria, com o profano! Devido a isso, acabam exercendo outra identidade cultural, professando a fé de outrem; assumem a conduta dos mesmos que no passado negaram sua humanidade. Ao atacarem suas raízes culturais, apunhalam-se publicamente e matam-se culturalmente. Passam a desconsiderar o fato de terem sido, muitas vezes, os seus ancestrais os “arquitetos e obreiros” das referidas obras patrimoniais que sempre estiveram a serviço dos que agora “passam a ser”. A falsa ilusão, iluminando um falso caminho que, novamente, os levará às trincheiras cotidianas da negação, porque, enquanto não houver respostas concretas que permitam possibilidades de reconhecimento e mudança de paradigma, não haverá paz interior e construção de uma nova ótica cultural, patrimonial, econômica e social em que possa estar incluído. Não se transforma “não gente” em gente, num piscar de olhos ou na reconstrução do imaginário coletivo somente.

Por mais que acredite que devemos seguir um plano, um caminho, uma estratégia político-cultural que nos leve paulatinamente à visibilidade e ao reconhecimento de toda a força de trabalho econômico e cultura construída ao longo dos séculos, de forma pública pelos negros, ainda não consigo visualizar esta estrada. Até porque, conforme Cardona, sem o reconhecimento desse legado cultural, dificilmente se

desenhará o papel dos “povos de cultura e patrimônio negado” no mundo contemporâneo: antes de mais nada urge conhecer o que fomos e o que somos para se definir as estratégias no presente/futuro da globalização (CARDONA apud DIAS, 2009, p. 33). Há, apesar de tudo, o sentimento, difuso, de que o mundo em que vivemos é um mundo em transição para algo ainda indefinido. Uma transição que é marcada, antes de mais, por uma aproximação radical entre os problemas locais e as grandes questões da poupança da água potável até a preservação do patrimônio identitário (OOSTERBEEK, 2007, p. 86).

Verifico de forma ainda muito simplória, talvez equivocada, que em alguns lugares o fortalecimento e a visibilidade de alguns patrimônios, significarão, de maneira indireta, a enfatização do poder de uns ou de outros sobre os demais; reafirmando o domínio e a história de alguns grupos étnicos, grupos estes que sobrepõem os que foram calados por séculos, desprovidos de patrimônio reconhecido, do ponto de vista do olhar, do saber e da cientificidade: os excluídos de patrimônio, de herança familiar e de história verdadeira.

Creio que a educação não terá forças para cumprir o papel de instrumento esclarecedor por questões de cunho ideológico, de reprodução do *status quo* e, obviamente, das relações de poder que permeiam esses espaços públicos. A decisão de construção, conservação e melhora dos espaços de produção do conhecimento passa por uma postura e decisão político-ideológica. As culturas negadas carecem de representação pública e os seus organismos de proteção, infelizmente, ainda percorrem um caminho estreito, muito pouco iluminado.

A possível explosão de consciência, diferentemente dos campos de guerra, ocorre na seara diplomática que se estabelece entre a razão, os interesses individuais, de grupos sociais e da reprodução do capital.

Nesse contexto cheio de construções e desconstruções, o patrimônio segue sua saga, de ser algoz e vítima de uma parte da história, construída sobre seu esqueleto que é formado por barro, pedra, suor e sangue: exaltação e negação! Os paradoxos se confundem e, muitas vezes, pensamos estar preservando, mas, praticamente, estamos reforçando a negação.

Esta relação conflituosa permanece até os dias atuais, o capitalismo e suas novas formas de produção e reprodução desenvolveram técnicas produtivas e de consumo que

negam ao cidadão o direito de pensar e perceber o que o rodeia. O lamentável desta visão é que, quando não se percebem as coisas, elas não existem, pelo menos para estes!

Concomitantemente, onde está, quem ele é no meio de uma multidão que corre de um lado para o outro em amontoados modernos que chamamos de transportes coletivos, sem tempo ou chance de pensar e refletir sobre a paisagem, o espaço e o lugar que está inserido? Sendo que muitos destes transportes são subterrâneos e a paisagem, em boa parte do percurso, é a escuridão!

Neste quadro nebuloso de rapidez e imagens compactadas, vão se formando os novos olhares e as percepções modernas que já não reconhecem o patrimônio como algo atrativo. Como um conjunto de possibilidades interpretativas de conhecimento que vai ao ontem para explicar mudanças, contradições e os avanços (?) que nos são colocados como obra máxima do conhecimento humano. A compreensão metafísica da época moderna vê o patrimônio arqueológico como paisagem enquadrada como categoria estética. Esta visão, inclusive, atravessa o pensamento de várias instituições públicas, responsáveis, em tese, pela preservação do patrimônio cultural (BASTOS, 2006, p. 67).

As máquinas, na atualidade, acabam tendo um maior “ibope” e atraem com muito mais facilidade os indivíduos. Uma exposição de carros terá, ressalvadas exceções, muito mais público do que a visita a um sítio arqueológico, independente de sua importância histórica.

As máquinas e o consumismo tomaram corpo no *corpus-social* e impõem normas e regras de consumo e comportamento que, muitas vezes, nos levam, de forma direta ou indireta, a aceitar e nos ajustar para sermos vistos, reconhecidos e respeitados. Neste quadro quase invisível se consubstancia a vitória do consumo sobre o consumidor!

Os indivíduos de classes subalternas são os mais atingidos, pois passam uma vida toda a copiar aqueles que os sufocam, por meio dos baixos salários e das formas mais antiquadas de relação de serviço, social e interpessoal.

Presumo que minha linha ideológica fica evidente com as observações acima descritas. Claro que busco analisar o patrimônio histórico material sem nenhum tipo de romantismo; tento exercitar a capacidade de uma análise crítica, sem encharcar estas páginas de lágrimas-denunciativas ou revanchistas pelo fato de ser um intelectual negro.

No entanto, está explícito em meu texto que não vejo o patrimônio material como um espelho que reflete para determinados grupos sociais as suas faces, as suas dores, as suas histórias, as suas tradições e, acima de qualquer coisa, as relações de suas vidas e de seus descendentes com o futuro.

Parece-me que o futuro, do ponto de vista patrimonial, fica em lugar equidistante para determinados grupos sociais no Brasil, em particular para os povos indígenas e negros (quilombolas).

Obviamente que a preservação e a busca da manutenção e alargamento da relação cidadão-patrimônio poderão, ao longo dos anos, criarem algum tipo de comunicação com o que está posto, explicado e contextualizado em nosso tempo. Contudo, ainda é demasiadamente frágil e diminuta esta corrente ideológica no país.

O patrimônio não é algo de todos. Nunca foi e nunca será. Este entendimento também é uma invenção. O olhar que se estabelece sobre o mesmo tem por necessidade de ser um olhar treinado, testado e interpretativo. Nesse sentido, a própria necessidade de sobrevivência do patrimônio exclui, por uma questão básica de entendimento, o olhar despreparado, sem conhecimento e preso às amarras dos mecanismos de alienação de massa que absorve boa parte da sociedade moderna. Implicando um projeto audacioso que possibilite ampliar a relação patrimônio, educação e novos olhares sobre o patrimônio material e imaterial.

Esta observação exemplifica a atual situação cultural dentro do sistema capitalista que desestabiliza, a partir da globalização, as identidades regionais, que impõe uma universalidade uniforme de identidades desconformes de seu meio, como também descaracteriza a forma de vida de elementos desprovidos de percepção e razão, que absorvem e utilizam elementos que desvalorizam a sua própria cultura local, importando regras e normas de vestimentas e comportamentos que o esvaziam, transformando-o numa espécie de outro, desfocado de sua realidade, que por achar inconveniente e discrepante, passa a ser o que não é. “Escravo” da vaidade e de um novo modelo imposto, que vai construindo de forma sutil e ideológica, principalmente no campo visual e do ter, novas necessidades que também são impostas.

No texto *O Espaço no Imaginário Turístico*, Dias coloca que

[...] apesar dos ganhos em termos de vida material e de autonomia individual, as formas modernas de relação social também determinaram um afastamento em relação às normas da comunidade e

aos padrões de comportamento, substituindo-os por preferências individuais, muitas vezes expressas no mercado de consumo ou nas urnas de voto. Em consequência, o sentido de um lugar torna-se cada vez mais uma espécie de mercado ideológico, com tudo o que isso implica em nível de competição e instabilidade (DIAS, 2009).

Nessa perspectiva, o patrimônio histórico material nada mais é do que um prédio antigo ou velho que destoa da paisagem moderna, da realidade das novidades e dos atuais empreendimentos que passam a ser o objeto de consumo mais atraente, que garante visibilidade e reconhecimento do ter, que sobrepõe diretamente o ser, a história e a educação patrimonial. Consequentemente, matando identidades e construindo outras em seu lugar – obviamente, identidades consumistas e desprovidas, em sua maioria, de razão-crítica e de visão de futuro, principalmente, ambiental, política e cultural. Vemos, assim, que já se forma outro tipo de cultura na modernidade, uma que somos obrigados a reconhecer: a cultura imediatista e materialista.

Concordo, nesse quadro, com o Professor Dr. Luiz Miguel Oosterbeek (2010), em aula expositiva, no Instituto Tecnológico de Mação, em Portugal, quando diz que as reflexões que atravessam a gestão patrimonial nas últimas duas décadas tendem, contudo, a considerá-lo, a partir da cidadania, como um direito fundamental, reinscrevendo-o como componente da reorganização social, como elemento dinâmico. Em meu ponto de vista, a problemática está na operacionalização desta visão, que me parece inteligente e atrativa, mas, como colocá-la no meio de uma multidão que não consegue perceber o que está a sua volta e se encontra, quase que totalmente, nas mãos dos meios de comunicação de massa, que idolatram o lucro e não reconhecem o patrimônio e a memória das nações? Quero aqui sublinhar principalmente essa situação de povos de culturas negadas, como África, Afeganistão, Palestina, Índia, Haiti, Israel e Irã – talvez os mais emblemáticos para entendermos esta questão.

Este quadro visual é planetário. Ocorre, muitas vezes, em vários lugares ao mesmo tempo. Desse modo, a alienação é algo globalizado e administrado de forma muito competente por aparelhos ideológicos e de poder que se interligam por redes digitais e informatizadas, atingindo cada vez mais os povos de todo o mundo. Nesse sentido, temos uma “linguagem só”, padronizada. O “Império Romano” está dentro de nossas casas e agora é digital.

A juventude, por meio desses mecanismos, sofre um bombardeio de informações que pouco serve, quando servem para alguma coisa. Formam comunidades nacionais e

internacionais, através da rede de internet, que modificam comportamentos e “algemam”, de forma quase imperceptível, os mesmos nos ambientes de seus próprios lares. Esse ambiente vira um misto de lugar para dormir e convívio social, sem precisar sequer sair às ruas. Os encontros, os namoros e as amizades tomaram novas formatações: agora ocorrem em rede digital. A individualidade dá lugar ao individualismo exacerbado, sem compromisso com a coletividade e com a solidariedade.

Vivendo o seu próprio paradoxo, já que o ser humano é unicamente social, este tipo de comportamento abre uma gigantesca lacuna para o início da mutação humana, que já não é física, mas comportamental. Essa mudança transforma a sociedade, as ideias e os saberes. Com isso, o quadro torna-se dramático porque o conhecimento que se tem sobre determinadas coisas toma outra direção e outro significado; sendo assim, o conflito de gerações e visões de mundo passa a ser algo inevitável na atualidade. Não que isso não seja salutar, o que tento explicitar é que esta nova relação sociocultural distanciou em demasia o homem do seu próprio meio natural. Contrariando e negando, ao mesmo tempo, o exercício do processo humanitário, que é a convivência em grupo de afinidade ou grau de parentesco, tendo em vista que um elemento preso em seu próprio lar ou computador não consegue sair do mundo virtual para experimentar as aventuras e os aprendizados do cotidiano da vida real. Até porque a dor, o sofrimento, a decepção e o medo acabam por ser amortizados no mundo virtual já que o mesmo não permite o contato físico e a aproximação corporal, salvo algumas exceções.

Percebo que a relação de amor, felicidade, romantismo e a própria alegria mudaram! Se essa mudança foi para melhor ou pior, somente o amanhã é que poderá nos dar respostas mais concretas. No entanto, o impacto de tal comportamento já é sentido em sociedade. A linguagem é outra e a cosmo visão também.

Neste mundo cheio de novos significados e significâncias é que vamos construindo uma nova sociedade: que despreza o velho e não vê sentido em manter ou recuperar algo que não seja os shoppings ou os Macdonald's. E agora, o que fazer? Como retroagir ao irretroagível? Como trazer o passado para um presente que já está no futuro? Como reconstruir conhecimentos que se perderam no niilismo? Dividiram tanto, compactuaram tanto que hoje poucos sabem conceituar o seu campo de atuação científica.

A Arqueologia está sobre esta ponte, ainda incerta, no que se refere à conceitualização. Possui método e objeto de estudo, mas ainda não acertou o passo em direção às respostas pragmáticas de que a sociedade necessita.

O Professor Dr. Rossano Lopes Bastos (2010), em aula expositiva no Instituto Tecnológico de Mação, em Portugal, disse que tudo é Arqueologia. Se, por ventura, ele estiver correto, não existe história, a mesma perde-se em si.

Esta “confusão” de interpretações acaba por colocar, muitas vezes, em xeque a compreensão da própria sociedade do que é História e do que é Arqueologia. Partindo desse pressuposto, percebo que o patrimônio histórico material ainda passará por muitos desafios, como também por muitos gestores. Para sobreviver às investidas atuais e aos baixos investimentos públicos e privados em preservação patrimonial e cultural, terão que se tornar, paulatinamente, em turismo “cultural” como estratégia de desenvolvimento econômico e para obter recursos para a sua manutenção e preservação. Essa situação irá ultrapassar a relação que deve ter o patrimônio com a educação e a construção do saber coletivo. E agora, seguimos em frente?

As leis construídas em defesa deste patrimônio acabam por não serem suficientes para a garantia de sua preservação como bem cultural de todos, ainda mais levando em consideração que “todos” é um termo muito complexo para essa situação, destoando da realidade das complexidades culturais dos povos. Os negros não são os indígenas e, os indígenas, não são os ciganos. Porém, é visível que todos se enquadram em povos e culturas negadas. Dessa maneira, realmente, há uma igualdade. Mesmo não sendo percebidas pelos seus agentes, que em alguns momentos acabam se “digladiando”, principalmente no mundo das ideias, perpetuando o preconceito e o próprio racismo.

E de negação e exaltação, o patrimônio histórico vai percorrendo o caminho do tempo influenciando alguns, negando outros e se estabelecendo como uma grande interrogação paradoxal, ou seja, ao mesmo tempo em que reforça a identidade de alguns grupos humanos, atinge diretamente outros grupos que serão impactados socialmente por algo que nada lhes diz. Seguindo essa linha de raciocínio, ou passarão incólumes ou, mais uma vez, se rebelarão ou aceitarão a condição imposta. Uma coisa é certa: o tempo se encarregará de dar as suas respostas.

## CONCLUSÃO

Este texto não esgota o assunto em questão, como também não nos propomos a tanto. Buscamos, de forma sucinta, desenvolver uma reflexão que ultrapassasse os limites da conceituação de patrimônio, que, mesmo de forma simplória, auxiliasse na construção de novas ideias sobre a negação da história patrimonial de povos de culturas negadas no Brasil, em particular, os descendentes dos povos escravizados e indígenas. Obviamente que este texto está carregado de um olhar que não consegue, ainda, enxergar no patrimônio tradicional e valorizado a história dos negros brasileiros e sua saga desbravadora. Os limites ideológicos foram, talvez, ultrapassados e as mágoas e lamentos transformados em pensamentos profundos sobre o que é ser negro num país racista. Como também vemos que este texto abriu um leque de debate acadêmico, pois alguns pontos reabrem a ferida da negação explícita em que vivem os negros no país na atualidade. O patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial, remonta a história dos povos que compuseram a formação clássica deste país. Entretanto, a valorização de algumas culturas que chegaram posteriormente ao território brasileiro possui maior valor do que as que já estavam em solo nacional e as que foram trazidas à força. Falar de patrimônio no Brasil e não reconhecer o valor e a contribuição de índios e negros em sua totalidade, efetivamente, é um desserviço à historiografia e uma desconstrução da autoestima desses povos. Neste sentido, nosso projeto de pesquisa se propõe a debater e a construir uma linha investigativa que possa contribuir com a sociedade brasileira no sentido de possibilitar o conhecimento de sua “verdadeira história” ou mais uma parte dela, a partir de estudos e reflexões que ampliem o olhar sobre o patrimônio material e imaterial dos povos de culturas negadas, em particular de negros e indígenas, protagonistas maiores de uma história que ainda não foi contada em sua totalidade.

## REFERÊNCIAS

BASTOS, Rossano Lopes. **Preservação, arqueologia e representações sociais**: uma proposta de arqueologia social para o Brasil. Erechim: Habilis, 2007.

\_\_\_\_\_. **Notas de aulas expositivas, debates e seminários**, Instituto Tecnológico de Mação, ITM, Mação, Portugal, 2010.

DIAS, Francisco (Org.). **O futuro do turismo: território, patrimônio, planejamento**. Portugal: Estratégias criativas, 2009.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Os desafios da destruição e conservação do patrimônio cultural no Brasil. **Trabalhos de antropologia e etnologia**, Porto, v. 41, ½, p. 23-32, 2001.

\_\_\_\_\_. Contradições e esquecimentos nas imagens do passado. **Textos didáticos**, Campinas, v. 59, p. 15-21, 2006.

HOCHSCHILD, Adam. **Enterrem as correntes**. Trad. Wanda Brant. Rio de Janeiro: Record, 2007.

JAMES, William. **Uma arqueologia dos desaparecidos: identidades vulneráveis e memórias partidas**. São Paulo: Superintendência do Iphan em São Paulo, 2010.

MORIN, Edgar. **O paradigma perdido: a natureza humana**. 5 ed. Portugal: Europa América, 1973.

OOSTERBEEK, Luiz. **Arqueologia, patrimônio e gestão do território: polêmicas**. Erechim: Habilis, 2007.

\_\_\_\_\_. **Notas de aulas expositivas, debates e seminários**, Instituto Tecnológico de Mação, ITM, Mação, Portugal, 2010.

THEODORO, Mário (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. 2 ed. Brasília: Ipea, 2008.